

Um caminho possível para o conselho profissional dos jornalistas brasileiros

Texto preparatório ao Encontro APJor 2020 – Uma nova institucionalidade para jornalistas – 5 de dezembro.

Como jornalista profissional desde os anos 1970 – agora na verdade mais como pesquisador sobre o binômio jornalismo/jornalista e militante da causa do conselho profissional de jornalistas, na Associação Profissão Jornalista, que tenho a honra e a satisfação de presidir – venho tentando recolocar em pauta o debate sobre o conselho desde os anos 2000, quando presidi o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.

No Sindicato e na Fenaj o trabalho foi bem sucedido, até certo ponto. Conseguimos fazer o debate em dois congressos da Federação. Os sindicatos – a Fenaj tem 31 sindicatos na sua base – ficaram favoráveis, em sua maioria, e elaboramos um texto que se transformou no projeto de lei 3985/2004 do CFJ. O PL tramitou poucos meses na Câmara dos Deputados. Contudo, em 15 de dezembro de 2004, foi arquivado por acordo de lideranças.

Na ocasião, propusemos um conselho do tipo autárquico, igual aos 28 existentes em várias profissões – liberais ou não – no Brasil.

Debate truncado

Não se pode dizer que tenha havido um amplo debate sobre o projeto de lei enquanto este tramitou na Câmara dos Deputados. O que houve foi muito mais uma campanha da turma contrária – as empresas jornalísticas, juristas conservadores e um certo número de jornalistas – do que um debate.

Lembro-me de ter sido chamado a falar apenas no programa de TV do Observatório da Imprensa, apresentado pelo Alberto Dines. A Veja citou-nos apenas para malhar e escrever coisas que não aconteceram. Os demais veículos usaram e abusaram do espaço que dispõe para atacar a proposta.

Olhando para isso, hoje, podemos dizer que são águas passadas.

Em abril de 2013 um grupo de seis jornalistas se reuniu em um restaurante, próximo à Câmara Municipal de São Paulo, onde o Milton Bellintani e eu trabalhávamos.

Na mesa, além do próprio jantar, estava o tema da retomada do debate sobre o conselho profissional, tema que eu havia debatido com cada um, individualmente, e sobre o qual havia acordo.

Estávamos lá, além de nós dois, Bia Bansen, Antônio Graça, Jorge Reti e Costa Carregosa.

Nova jornada

Desde então, iniciou-se nova jornada para recolocar em pauta a questão do conselho profissional. E estamos indo bem. Em sete anos e poucos meses temos uma associação com 56 participantes que prepara seu primeiro Encontro. Será, enfim, a abertura do debate em público.

Grande emoção!

A história dessas atividades está registrada nos dois sites criados pela Associação, o www.profissaojornalista.com.br (foi nosso site até abril deste ano e continua aberto a consultas, enquanto não completarmos a migração do seu conteúdo) e no www.apjor.org.br (nosso atual site). Não vou repeti-la aqui.

Quero apenas fazer a ressalva de que me sinto muito bem acompanhado na caminhada destes últimos anos, pela qualidade dos colegas que conseguimos reunir. E agradecer a todos pela confiança que depositaram em minha pessoa ao se disporem a caminhar juntos.

Agora, diante de nós, está o desafio de debater a questão amplamente, com muito mais gente e no contexto em que temos uma direção que se consolida, com a participação de colegas muito representativos, conhecidos e reconhecidos na profissão.

Uma proposta

Pessoalmente, consigo visualizar um caminho para a construção do conselho profissional. Vou expressá-lo aqui, submetendo-o à crítica dos companheiros e companheiras de viagem.

A partir do Encontro 2020, penso que devemos programar alguns seminários ou séries de palestras para aprofundarmos os vários aspectos do tema.

Paralelamente, trabalhar em debates com os colegas e organizações de todos os tipos, segmentos e formatos de jornalistas, propondo nossas ideias e recebendo os retornos desses colegas. A crítica é fundamental para podermos avançar.

Penso em um conselho profissional (ou colégio, ou ordem) do tipo associação civil. Quer dizer que não será uma organização com o papel de política administrativa, como são os conselhos existentes atualmente, autárquicos (são parte do Estado brasileiro, com autonomia administrativa pois são geridos pelos próprios profissionais).

Para mim, hoje, nosso conselho deveria atuar para reunir os profissionais em torno de dois grandes temas: **cuidar da profissão** e **manter um diálogo** com os diversos públicos do jornalismo e com as instituições. Um instrumento de objetivação da nossa identidade profissional, parte de um campo de atuação (para usar o termo do sociólogo francês Bourdieu).

Entre essas atribuições, poderia estar a de funcionar como um centro aglutinador das organizações dos jornalistas, sem que qualquer uma delas perca sua personalidade própria. O problema, neste caso é que precisamos “combinar com os russos” (as organizações de jornalistas já existentes). Será possível tal caminho? Saberemos nos próximos meses.

Um conselho soft

O papel de um conselho como penso seria o de informar e educar as pessoas (as pessoas e instituições em geral, no amplo teatro do país) sobre o papel do jornalismo, sua diferença em relação às demais áreas da comunicações e porque estamos tão convencidos de que o jornalismo é um pilar importante da democracia.

Acompanhar (vejam, **acompanhar** e não fiscalizar) a relação dos profissionais com seus públicos. Submeter à crítica dos pares o que estiver em desacordo com as boas práticas e a ética jornalística.

Quando necessário, colocar a crítica publicamente (e estar preparado para receber contestações, inclusive por via judicial).

Meu ponto é o seguinte: um colega que tenha sido submetido à crítica pública uma, duas, três... *ene* vezes, sem que tenha abandonado hábitos condenáveis do ponto de vista das boas práticas e da ética, estará se colocado **de fato** fora da profissão.

E então, o que se faz com tal figura? Se for o caso, a estrutura jurídica do país se encarregará de levá-lo a julgamento. Se não for para tanto, pelo menos os pares (o conselho profissional) terão alertado a sociedade e cumprido o seu papel.

Penso isso porque entendo que nossa profissão, mesmo que esteja passando por grandes mudanças, mantém um núcleo muito consistente

baseado na ética e nas boas práticas do jornalismo profissional (aqui, não precisamos entrar em muitos detalhes, mas cito como obra fundamental para isso os “Elementos do Jornalismo” de Bill Kovak e Tom Rosenstiel – [no nosso site tem um decálogo](#) bem interessante que resume o incrivelmente bom trabalho que eles fizeram).

Se temos um papel de informar, balizar o debate público, selecionar a informação identificando qual é aquela em que o interesse público está sendo atendido, pelo critério da relevância (algo subjetivo, mas o jornalismo é isso, este é o mais importante dos critérios de noticiabilidade), identificando também, no limite, a pura manipulação danosa (fake news)... bem, não se trata, então, de estabelecer uma polícia (mesmo que administrativa) dentro da nossa própria organização.

Fronteiras porosas

Há ainda um outro argumento importante para que tenhamos uma organização profissional **soft** e não **hard**. As profissões, de maneira geral, estão entrando em uma fase em que as fronteiras se tornam mais porosas, menos definidas.

Vejam, não quer dizer que as fronteiras (e as profissões) estejam desaparecendo. Apenas que, com o avanço da interdisciplinarização das ciências, o reflexo nas profissões é elas passarem a ter fronteiras menos nítidas, menos rígidas. Elas são mais interpenetráveis e, ao mesmo tempo, mais flexíveis, como movimentações mais rápidas, mais significativas. Em um tal contexto, uma regulação rígida seria um convite à derrubada de muros que, ao fim e ao cabo, revelar-se-iam verdadeiras construções de papel. Mesmo que aparecendo aos olhos de alguns como sólidas muralhas.

Além dessa característica do nosso tempo, o trabalho jornalístico é intelectual. Nossa lida se dá no campo das ideias, da informação. É claro, óbvio (pelo menos para nós, jornalistas) que informações erradas, divulgadas amplamente, podem ser mortais. Veja-se o caso ainda não encerrado da Covid-19.

Mesmo assim, continuamos atuando no campo das ideias e das informações. O debate e a divulgação de informações corretas, devidamente checadas, é o principal remédio.

Cada vez mais o papel do jornalismo é separar o joio do trigo no território das informações que circulam publicamente. Garantir que o debate, quando coberto pelo jornalismo independente, seja um debate “verdadeiro” no sentido de que as partes possam aparecer por inteiro e não de forma caricatural, grotesca, manipulada com tendenciosidade.

É um papel de grande nobreza, extremamente necessário e único. Só um **jornalismo ético e plural** pode desempenhar papel tão relevante para a democracia, em qualquer sociedade.

Mais indução do que imposição

Tratar de **fazer a crítica da atividade jornalística** (do ponto de vista das boas práticas e da ética) e aparecer para o conjunto da sociedade com uma identidade que expresse o que realmente somos. São objetivos que podemos alcançar com uma organização que intervenha com leveza sobre o trabalho jornalístico e no próprio debate da democracia. Intervenção light, não hard. Um papel mais indutivo do que impositivo.

Um papel que tende à educação, à busca do diálogo instrutivo. Ganhar no terreno da informação e dos argumentos, não do xingamento ou do impedimento definitivo, na mera imposição. E muito menos no das armas.

Uma organização dessas pode não alcançar nunca a casa do 90% dos jornalistas do país filiados (um conselho autárquico obrigaria as pessoas a se filiarem, a pagarem a taxa anual para o exercício da profissão e a classificar os não filiados de... charlatões).

Mas deve ter algo na casa dos 30 mil (pelo menos), em um país em que somos 150 mil jornalistas. Portanto, o trabalho não é de formiguinha. É um trabalho de massa. Expertise, inteligência e capacidade de agregar são características que precisamos reunir. E são parte dos nossos desafios pela frente.

Uma metodologia

O instrumento da **pesquisa ação** poderia muito bem ser utilizado num caso desses. Ele está descrito no arquivo anexado a este texto.

O que é isso? É uma metodologia trazida para o Brasil nos anos 1980 pelo sociólogo João Bosco Guedes Pinto¹ (falecido em 1995 – para quem quiser saber mais sobre a metodologia . Foi utilizado principalmente com pessoal do campo, para facilitar sua conscientização e organização.

Se houver concordância de parte dos pesquisadores, professores de jornalismo e das organizações de jornalísticas existentes, vejo a pesquisa-ação como um método poderoso para que o conselho que

¹ Para quem quiser conhecer mais sobre Guedes Pinto e o seu trabalho, sugiro a leitura de “Pesquisa-ação: as experiências de João Bosco Guedes Pinto”, em <https://is.gd/Ch0YLw>.

criarmos seja algo realmente capilarizado pelo país todos, por todos os segmentos da profissão, em todas as redações.

Temos algumas bases de preparação da metodologia que são as universidades públicas brasileiras com cursos de jornalismo. Alguns cursos nas escolas privadas, também (Metodistas, por exemplo).

Mas não só. Poderíamos ter, também, os 31 sindicatos filiados à Fenaj (a partir de uma boa discussão com eles, participando os congressos estaduais e do congresso nacional da Fenaj), iniciativas de grupos locais de jornalistas, a ABI e outras organizações de jornalistas pelo país afora.

O processo apontaria para uma data final, em que o resultado do trabalho terminaria em uma Conferência Nacional de Jornalistas, em 2022 ou 2023. Com um processos dessa natureza, poderíamos pensar em chegar a alguns milhares de jornalistas, já no início.

Uma tal mobilização dos profissionais seria algo que mudaria a natureza das relações internas em nossa profissão e, com certeza, a relação do jornalismo com a sociedade brasileira.

É ambicioso. Ocorre que não estamos aqui para menos!

Finalmente

Consigo visualizar outras características de um conselho surgido do debate nacional, bem distribuído e equilibrado, dos jornalistas brasileiros. Primeiro, seria uma organização surgida da nossa militância e da vontade de milhares de jornalistas. Poderia se estruturar em câmaras. Por exemplo: câmara dos jornalistas de redações/veículos; câmara dos jornalistas que trabalham junto às fontes; câmara de ética; câmara de representação das organizações de jornalistas (esta, poderia ser recursal no que disser respeito a posicionamentos em relação aos problemas com o código e ética e as boas práticas) etc. etc.

Mas, é preciso chegar a um final neste texto. E quero finalizá-lo com a lembrança (e a certeza que tenho) de que o resultado de nossos debates – em 5 de dezembro próximo e depois – pode não ser nada disso. Os caminhos são diversos e certamente outras ideias e propostas surgirão. Creiam: o mais importante de tudo é mantermos nossos ouvidos bem abertos para ouvi-las.

Vamos a essa aventura.

Fred Ghedini. São Paulo, 24 de outubro de 2020.